



Feriatos. O governo Lula (PT) publicou nesta quinta-feira (28) portaria em que define os dias de feriatos e pontos facultativos para servidores federais em 2024. Os funcionários ligados à administração pública federal terão 12 dias de feriatos, sendo que um cai em um domingo e três no sábado e oito pontos facultativos. Dos demais, três caem no meio da semana, às quartas-feiras, como Dia do Trabalhador, Natal e Dia da Consciência Negra, que será feriado nacional pela primeira vez em 2024, em 20 novembro.

Nova manancia medidas para evitar perda de arrecadação

Ministro da Fazenda anuncia três iniciativas: reoneração gradual da folha de pagamento, limite de compensação tributária e mudanças no Perse



FOTO WASHINGTON COSTA/IMP

Com a meta de zerar o déficit primário em 2024, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), anunciou nesta quinta-feira (28) três novas medidas econômicas para evitar perda de arrecadação e reforçar o caixa da União no próximo ano. O pacote faz parte de uma medida provisória (MP), que entrará em vigor após a publicação, que deve acontecer ainda em 2023.

Faz parte do plano a reoneração gradual da folha de pagamento por atividade como alternativa à prorrogação do benefício integral até dezembro de 2027. Uma vez publicada, a MP revogará a lei que renova a desoneração da folha promulgada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), conforme publicação no Diário Oficial da União de ontem.

Outra medida anunciada por Haddad limitará a compensação tributária feita por empresas por meio de decisões judiciais. A Fazenda ainda prevê alteração na lei do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que oferece benefícios para empresas aéreas e ligadas ao entretenimento.

De acordo com o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas,

comunicação. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.

Nas contas do Ministério da Fazenda, a extensão da desoneração da folha drenaria R\$ 12 bilhões anuais aos cofres públicos. O ministro chegou a declarar que o governo recorrerá à Justiça para que a lei fosse considerada inconstitucional, mas dias depois afirmou que o Executivo iria tentar avançar com a alternativa legal antes de buscar o "remédio judicial". Haddad disse que agora será testado "um ingrediente novo", que pode ser um "caminho interessante, sobretudo para empregabilidade de população de mais baixa renda."

A reoneração parcial vai considerar a atividade principal de cada empresa por meio da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Ao apresentar a medida de compensação tributária, Haddad mencionou o Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Entre os 17 setores da economia beneficiados está o de

Exército tenta esconder informações sobre pagamento de bônus

O Exército pagou R\$ 4,8 milhões durante 2023 em bônus por desempenho institucional que envolve, entre outros pontos, "contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social". Mesmo com desempenho abaixo do esperado em 2022 para esse ponto, 86% alcançados, quando a meta era 100%, a Força pagou gratificações de cerca de R\$ 1.000 a R\$ 5.600 para 1.903 servidores civis.

O valor estava sob sigilo e somente foi liberado após determinação da Controladoria-Geral da União (CGU), em recurso apresentado pela Folha de S.Paulo em pedido baseado na Lei de Acesso à Informação. Para calcular o bônus, o Exército também avaliou os resultados para "dissuasão extrarregional", "ampliar a projeção do Exército no cenário internacional" e "aperfeiçoar o sistema de ciência, tecnologia e inovação".

Apenas no objetivo ligado à dissuasão extrarregional o Exército considera que ultrapassou a meta. Nesse item, os militares avaliam o "índice de operacionalidade da força terrestre". Sobre esse item, informaram que "contribuíram positivamente para esse resultado a eficácia na prontidão, a prontidão logística e o efetivo existente nas brigadas".

O pagamento de cada servidor considerou notas individuais e o resultado institucional do Exército de 2022. No ano, a atuação das Forças Armadas ficou marcada pelo alinhamento ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por exemplo, ao alimentar teses golpistas contra as urnas eletrônicas. Cada item tem fatores diferentes que são levados em conta para apontar se a meta foi ou não alcançada.

No caso do objetivo que trata da paz e do desenvolvimento sustentável, o Exército disse que o "objetivo foi mensurado a partir do cumprimento de operações de cooperação e coordenação com agências nacionais, nas quais incluem participação em programas sociais e ações subsidiárias". A Força afirmou que "a quantidade de participações do Exército Brasileiro nessas ações foi um pouco inferior ao esperado, o que resultou no desempenho de 85,57% do indicador".

Um relatório solicitado em fevereiro de 2023 os dados sobre quais fatores foram avaliados para definir cada nota e quanto seria pago de bônus. O órgão escondeu as informações até ser obrigado pela CGU a revelar os dados, após seguidos recursos do jornal.

Pacote fará parte de uma medida provisória que deve ser editada pelo governo ainda em 2023

o conjunto de medidas permitirá a compensação do rombo de R\$ 12 bilhões que seria gerado pela desoneração de folha de pagamento. Isso porque a reoneração gradual deve gerar economia de R\$ 6 bilhões e as alterações no Perse devem representar mais R\$ 6 bilhões de economia. O plano de Fazenda tem o objetivo compensar a renúncia fiscal com a manutenção da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia até dezembro de 2027, após o veto do presidente Lula (PT) ter sido derrubado pelo Congresso. "Estamos encaminhando ao Congresso

uma reoneração gradual, está sendo analisado setor a setor, vão ter oportunidade depois de conhecer o texto. Reoneração gradual, não necessariamente volta 20% de cota patronal, pode ficar abaixo disso e ficará abaixo em alguns casos", disse Haddad.

O benefício da desoneração da folha foi criado em 2011, no governo Dilma Rousseff (PT), e teve sucessivas prorrogações. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

Entre os 17 setores da economia beneficiados está o de comunicação. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.

Nas contas do Ministério da Fazenda, a extensão da desoneração da folha drenaria R\$ 12 bilhões anuais aos cofres públicos. O ministro chegou a declarar que o governo recorrerá à Justiça para que a lei fosse considerada inconstitucional, mas dias depois afirmou que o Executivo iria tentar avançar com a alternativa legal antes de buscar o "remédio judicial". Haddad disse que agora será testado "um ingrediente novo", que pode ser um "caminho interessante, sobretudo para empregabilidade de população de mais baixa renda."

A reoneração parcial vai considerar a atividade principal de cada empresa por meio da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Ao apresentar a medida de compensação tributária, Haddad mencionou o Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Entre os 17 setores da economia beneficiados está o de comunicação. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.

Nas contas do Ministério da Fazenda, a extensão da desoneração da folha drenaria R\$ 12 bilhões anuais aos cofres públicos. O ministro chegou a declarar que o governo recorrerá à Justiça para que a lei fosse considerada inconstitucional, mas dias depois afirmou que o Executivo iria tentar avançar com a alternativa legal antes de buscar o "remédio judicial". Haddad disse que agora será testado "um ingrediente novo", que pode ser um "caminho interessante, sobretudo para empregabilidade de população de mais baixa renda."

A reoneração parcial vai considerar a atividade principal de cada empresa por meio da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Ao apresentar a medida de compensação tributária, Haddad mencionou o Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.